

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| EDITAL SISTEMATIZADO | 37 |
| DICAS PARA PREPARAÇÃO ESPECÍFICA AO CARGO DE ANALISTA DO TRT | 45 |
| 1. Introdução | 45 |
| 1.1. Plano infalível | 45 |
| 1.2. O seu pior inimigo antes e durante a preparação | 46 |
| 1.3. Exercícios físicos durante a preparação para o concurso | 46 |
| 1.4. Sono, descanso e lazer | 47 |
| 2. Preparação específica | 48 |
| 2.1. Pergunta clássica: quantas horas diárias de estudo são necessárias para aprovação? | 48 |
| 2.2. Planilha e organização de estudos | 48 |
| 2.2.1. Planilha – Dedicção exclusiva aos estudos | 49 |
| 2.2.2. Planilha – Divisão do tempo entre trabalho e estudos | 50 |
| 2.2.3. Monte a sua própria planilha | 51 |
| 2.3. Dedicção às matérias do concurso para Analista do TRT e as bancas examinadoras (CESPE e FCC) | 51 |
| 2.4. Técnica de estudar em grupo – funciona? | 52 |
| 2.5. Grupo de estudo virtual para troca de materiais e questionamentos nas últimas fases do concurso | 53 |
| 2.5.1. Redes sociais e preparação para o concurso | 54 |
| 2.6. Cursos preparatórios | 54 |
| 2.6.1. Cursos presenciais | 54 |
| 2.6.2. Cursos telepresenciais e os novos cursos on-line | 55 |
| 3. Bibliografia básica para o concurso de Analista do TRT | 56 |
| 4. Momento em que o estudante decide desistir do concurso | 57 |
| CAPÍTULO I | |
| A REFORMA TRABALHISTA | 59 |
| 1. Histórico | 59 |
| 2. Valorização do negociado e impactos no direito e processo do trabalho | 61 |
| 3. Reforma trabalhista e direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista) – (Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23 do TST) | 71 |
| 4. Impactos das diversas alterações legislativas após a Reforma Trabalhista | 75 |
| 5. Exercícios para memorização – a Reforma Trabalhista | 79 |
| 5.1. Grupo Econômico | 79 |
| 5.2. Tempo à disposição | 79 |
| 5.3. Integração do direito do trabalho | 79 |
| 5.4. Sócio Retirante | 79 |
| 5.5. Prescrição | 79 |
| 5.5.1. Prescrição Intercorrente | 80 |
| 5.6. Multa por ausência de registro | 80 |
| 5.7. Multa por informações incompletas no registro de empregados | 80 |
| 5.8. Horas <i>in itinere</i> | 80 |
| 5.9. Regime de tempo parcial | 80 |
| 5.10. Compensação de jornada e banco de horas | 80 |
| 5.11. Jornada 12x36 | 80 |
| 5.12. Exigências legais da compensação e prestação de horas extras habituais | 81 |
| 5.13. Horas suplementares em atividades insalubres | 81 |
| 5.14. Prorrogação de jornada de trabalho por necessidade imperiosa | 81 |
| 5.15. Empregados não submetidos à limitação de jornada | 81 |
| 5.16. Intervalo intrajornada | 81 |
| 5.17. Teletrabalho | 81 |
| 5.18. Fracionamento das férias individuais | 82 |
| 5.19. Dano extrapatrimonial | 82 |
| 5.20. Afastamento da gestante e da lactante de atividades insalubres | 83 |

| | |
|---|------------|
| 5.21. Intervalos para amamentação | 83 |
| 5.22. Trabalho autônomo | 83 |
| 5.23. Trabalho intermitente | 83 |
| 5.24. Empregado “hipersuficiente” | 84 |
| 5.25. Sucessão trabalhista | 84 |
| 5.26. Regulamentação do trabalho intermitente | 84 |
| 5.27. Uniformes | 84 |
| 5.28. Salário e remuneração | 84 |
| 5.29. Salário in natura | 84 |
| 5.30. Equiparação salarial | 85 |
| 5.31. Reversão e gratificação de função | 85 |
| 5.32. Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho | 85 |
| 5.33. Dispensa em massa | 86 |
| 5.34. Plano de demissão voluntária | 86 |
| 5.35. Dispensa por justa causa | 86 |
| 5.36. Distrato | 86 |
| 5.37. Arbitragem individual | 86 |
| 5.38. Quitação anual de obrigações trabalhistas | 86 |
| 5.39. Da representação dos empregados | 86 |
| 5.40. Facultatividade da contribuição sindical | 87 |
| 5.41. Valorização do negociado | 88 |
| 5.42. Limites ao negociado | 88 |
| 5.43. Ultratividade das normas coletivas | 89 |
| 5.44. Prevalência do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho | 89 |
| 5.45. Reajuste das multas administrativas | 89 |
| 5.46. Terceirização da atividade-fim | 89 |
| 5.47. Condições de trabalho e salário equivalente | 89 |
| 5.48. Quarentena da empresa de prestação de serviços a terceiros | 90 |
| 5.49. Quarentena do empregado terceirizado | 90 |
| 5.50. Lei do FGTS (Lei nº 8.036/90) | 90 |
| 6. Questões dissertativas e estudos de caso | 93 |
| CAPÍTULO II | |
| DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO E DIREITOS HUMANOS DO TRABALHO | 99 |
| 1. Introdução | 99 |
| 2. Direitos constitucionais dos trabalhadores | 100 |
| 3. Direitos constitucionais dos trabalhadores nas suas relações coletivas de trabalho | 122 |
| 4. Direitos Humanos do Trabalho e da Empresa | 130 |
| 4.1. Trabalho decente | 131 |
| 4.2. Agenda 2030 da ONU e o compromisso com o trabalho decente | 132 |
| 4.3. Princípios de Ruggie e a responsabilidade empresarial em matéria de direitos humanos | 136 |
| 4.4. Igualdade de oportunidade e combate à discriminação nas relações de trabalho | 137 |
| 4.5. Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas) | 140 |
| 5. A escolha do novo Papa Leão XIV em maio de 2025 e os direitos sociais | 143 |
| CAPÍTULO III | |
| INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO | 145 |
| 1. Introdução ao Direito do Trabalho | 145 |
| 1.1. Importância da CLT para o Direito do Trabalho | 146 |
| 2. Fontes do direito do trabalho | 147 |
| 2.1. Fontes materiais | 147 |
| 2.2. Fontes formais | 148 |
| 2.2.1. Fontes formais autônomas | 148 |
| 2.2.2. Fontes formais heterônomas | 150 |
| 2.2.3. Hierarquia das fontes formais | 152 |
| 2.2.3.1. Hierarquia dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista) | 152 |
| 2.2.4. Conflito entre fontes formais | 153 |
| 3. Integração | 155 |
| 3.1. Direito comum como fonte subsidiária (Reforma Trabalhista) | 156 |
| 3.2. Limitação à jurisprudência trabalhista (Reforma Trabalhista) | 157 |
| 3.2.1. Criação e alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e dos TRTs | 158 |

| | | |
|--|---|-----|
| 4. | Princípios do Direito do Trabalho | 160 |
| 4.1. | Princípio da proteção ao trabalhador | 161 |
| 4.1.1. | Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da proteção ao trabalhador | 162 |
| 4.1.2. | <i>In dubio pro operario</i> | 163 |
| 4.1.3. | Norma mais favorável | 163 |
| 4.1.3.1. | Instrumentos coletivos de trabalho e princípio da norma mais favorável (Reforma Trabalhista) | 164 |
| 4.1.4. | Condição mais benéfica | 165 |
| 4.1.4.1. | Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da condição mais benéfica | 165 |
| 4.2. | Princípio da imperatividade das normas trabalhistas | 166 |
| 4.2.1. | Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas | 166 |
| 4.3. | Princípio da primazia da realidade | 167 |
| 4.3.1. | Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da primazia da realidade | 167 |
| 4.4. | Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado | 168 |
| 4.4.1. | Impactos das medidas trabalhistas excepcionais da pandemia no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado | 168 |
| 4.5. | Princípio da continuidade da relação de emprego | 169 |
| 4.5.1. | Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego | 170 |
| 4.6. | Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas | 170 |
| 5. | Flexibilização do Direito do Trabalho | 172 |
| 5.1. | Hipóteses de flexibilização | 173 |
| 5.2. | Lay off | 176 |
| 5.2.1. | Qualificação profissional (art. 476-A, CLT) | 176 |
| 5.3. | Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas | 177 |
| 6. | Renúncia e transação | 182 |
| 7. | Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT) | 186 |
| 7.1. | Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa | 187 |
| 7.2. | Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia | 188 |
| 7.3. | Consequências da conciliação firmada perante a CCP | 188 |
| 8. | Questões dissertativas e estudos de caso | 190 |
| 9. | Súmulas, orientações jurisprudenciais e teses vinculantes em IRR do TST | 202 |
| | | |
| CAPÍTULO IV | | |
| SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO | | |
| 1. | Empregado | 205 |
| 1.1. | Requisitos da relação empregatícia | 205 |
| 1.1.1. | Alteridade | 208 |
| 1.1.2. | Empregado “hipersuficiente” (Reforma Trabalhista) | 209 |
| 1.2. | Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego | 212 |
| 1.2.1. | Exclusividade | 212 |
| 1.2.2. | Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista) | 212 |
| 1.2.3. | Profissionalidade | 214 |
| 2. | Carteira de trabalho e previdência social | 214 |
| 2.1. | Carteira de Trabalho Digital | 215 |
| 2.2. | Informações obrigatórias na CTPS | 217 |
| 2.3. | Valor das anotações da CTPS | 218 |
| 2.4. | Anotação em CTPS | 219 |
| 2.4.1. | Anotações gerais e anotações especiais | 220 |
| 2.4.2. | Anotações sobre a remuneração | 221 |
| 2.4.3. | Apresentação da CTPS | 222 |
| 2.4.4. | Registros eletrônicos equivalentes às anotações | 222 |
| 2.4.5. | Prazo para acesso às informações de anotação | 222 |
| 2.4.6. | Multa pelo descumprimento do dever de anotação | 223 |
| 2.4.7. | Vedação de anotações desabonadoras | 223 |
| 2.4.8. | Falta de anotação da CTPS e a não configuração de dano moral in re ipsa (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 60 do TST) | 224 |
| 2.4.9. | Retenção injustificada da CTPS e o dano moral in re ipsa (Tese vinculante nº 192 do TST) | 225 |
| 2.5. | CTPS do adolescente | 225 |
| 2.6. | Registro de empregados | 226 |
| 2.6.1. | Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista) | 227 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 2.6.2. | Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista) | 228 |
| 2.7. | Exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT) | 230 |
| 2.8. | Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais na contratação do empregado | 231 |
| 3. | Relações empregatícias especiais..... | 233 |
| 3.1. | Empregado rural..... | 233 |
| 3.1.1. | Identificação da figura do empregado e empregador rural..... | 234 |
| 3.1.2. | Peculiaridades dos empregados rurais | 235 |
| 3.1.3. | Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73)..... | 237 |
| 3.1.4. | Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural..... | 238 |
| 3.2. | Empregado doméstico | 239 |
| 3.2.1. | Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico | 243 |
| 3.2.2. | Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015 | 245 |
| 3.2.2.1. | Jornada de trabalho e compensação..... | 246 |
| 3.2.2.2. | Trabalho em regime de tempo parcial..... | 249 |
| 3.2.2.3. | Períodos de descanso | 250 |
| 3.2.2.4. | Contrato individual de trabalho | 253 |
| 3.2.2.4.1. | Trabalho intermitente e empregado doméstico | 255 |
| 3.2.2.5. | Remuneração | 256 |
| 3.2.2.6. | Proteção do trabalho da mulher..... | 258 |
| 3.2.2.7. | FGTS..... | 258 |
| 3.2.2.8. | Seguro-desemprego..... | 261 |
| 3.2.2.9. | Aviso-prévio | 262 |
| 3.2.2.10. | Término do contrato de trabalho..... | 264 |
| 3.2.2.11. | Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT | 267 |
| 3.2.2.12. | Papel da fiscalização do Trabalho | 268 |
| 3.2.2.13. | Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito | 268 |
| 3.3. | Empregado público | 276 |
| 3.3.1. | Introdução..... | 276 |
| 3.3.2. | Regime jurídico único (ADI 2135/DF) | 277 |
| 3.3.3. | Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público | 280 |
| 3.3.4. | Impossibilidade de transposição de regime celetista para estatutário (ADPF 573/PI) | 282 |
| 3.3.5. | Estabilidade do empregado público | 282 |
| 3.3.5.1. | Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF) | 283 |
| 3.3.5.2. | Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF).. | 286 |
| 3.3.6. | Transferência de empregado público | 290 |
| 3.4. | Trabalho infantil | 291 |
| 3.4.1. | Doutrina de proteção integral e da prioridade absoluta..... | 293 |
| 3.4.2. | Trabalho proibido | 294 |
| 3.4.3. | Piores formas de trabalho infantil | 294 |
| 3.4.4. | Trabalho infantil artístico | 295 |
| 3.4.5. | A atuação do Ministério Público do Trabalho | 295 |
| 3.5. | Proteção do trabalho do Adolescente | 296 |
| 3.5.1. | Jornada de trabalho do adolescente | 297 |
| 3.5.2. | Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente..... | 299 |
| 3.5.3. | Do papel dos representantes legais do adolescente | 300 |
| 3.5.4. | Das férias | 300 |
| 3.5.5. | Do salário..... | 301 |
| 3.5.6. | Da prescrição | 301 |
| 3.5.7. | Meio Ambiente de Trabalho | 302 |
| 3.6. | Aprendiz | 303 |
| 3.6.1. | Contrato de trabalho especial | 304 |
| 3.6.2. | Prazo para o contrato de aprendizagem..... | 305 |
| 3.6.3. | FGTS | 305 |
| 3.6.4. | Obrigatoriedade na contratação de aprendizes..... | 305 |
| 3.6.4.1. | Motoristas e cobradores e a cota de aprendizes (tese vinculante nº 66 do TST)..... | 307 |
| 3.6.5. | Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas..... | 307 |
| 3.6.6. | Jornada de trabalho do aprendiz | 308 |
| 3.6.7. | Vínculo empregatício do aprendiz | 308 |

| | | |
|--------------|---|-----|
| 3.6.8. | Extinção do contrato de aprendizagem | 309 |
| 3.7. | Proteção do trabalho da Mulher | 310 |
| 3.7.1. | Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23)..... | 310 |
| 3.7.2. | Proteção à maternidade..... | 312 |
| 3.7.2.1. | Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista) | 314 |
| 3.7.2.2. | Licença-maternidade..... | 316 |
| 3.7.2.2.1. | Licença-maternidade e síndrome congênita associada ao vírus Zika..... | 317 |
| 3.7.2.2.2. | Licença-maternidade na adoção ou guarda judicial | 318 |
| 3.7.2.2.3. | Falecimento da genitora | 319 |
| 3.7.2.2.4. | Programa Empresa Cidadã | 319 |
| 3.7.2.2.5. | Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF)..... | 321 |
| 3.7.2.2.6. | Data de início da licença-maternidade (art. 392, § 7º, da CLT) | 322 |
| 3.7.2.2.7. | Licença-maternidade da mãe não gestante (Tema 1072 da repercussão geral) | 323 |
| 3.7.2.2.8. | Tema correlato: Licença-paternidade | 324 |
| 3.7.2.2.8.1. | A previsão constitucional originária da licença-paternidade | 324 |
| 3.7.2.2.8.2. | Licença-paternidade e a ADO nº 20..... | 325 |
| 3.7.2.2.8.3. | Licença-paternidade e a Lei nº 15.371/2026..... | 325 |
| 3.7.2.2.8.4. | Prazos fixados pelo STF até o momento nas ADOs ajuizadas contra os incisos do art. 7º da Constituição Federal | 327 |
| 3.7.2.3. | Estabilidade da gestante | 328 |
| 3.7.2.3.1. | Dúvida objetiva e razoável sobre a data de início da gravidez e a estabilidade da gestante (Tese vinculante nº 119 do TST) | 330 |
| 3.7.2.3.2. | Recusa da gestante ao retorno ao trabalho e o direito à indenização substitutiva (Tese vinculante nº 134 do TST) | 331 |
| 3.7.2.3.2.1. | Críticas e constitucionalidade da tese vinculante nº 134 do TST | 332 |
| 3.6.2.3.2.2. | Efeitos práticos da tese vinculante nº 134 do TST | 333 |
| 3.7.2.3.3. | Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado | 333 |
| 3.7.2.3.3.1. | Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado? | 335 |
| 3.7.2.3.4. | Estabilidade da trabalhadora temporária - Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST..... | 336 |
| 3.7.2.3.4.1. | Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) e o enfraquecimento do entendimento firmado no IAC nº 2 do TST | 337 |
| 3.7.2.3.4.2. | Estabilidade da trabalhadora gestante - Superação do Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST..... | 339 |
| 3.7.2.3.5. | Exigência de certidão de nascimento do filho | 341 |
| 3.7.2.3.6. | Efeitos da dispensa da gestante | 341 |
| 3.7.2.3.7. | Estabilidade da gestante na redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção | 342 |
| 3.7.2.3.8. | Teses vinculante em IRR do TST sobre estabilidade da gestante..... | 343 |
| 3.7.3. | Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022) | 347 |
| 3.7.3.1. | Do apoio à parentalidade na primeira infância | 347 |
| 3.7.3.1.1. | Reembolso-Creche..... | 348 |
| 3.7.3.1.2. | Da Manutenção ou subvenção de instituições de educação infantil pelos serviços sociais autônomos | 348 |
| 3.7.3.2. | Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho..... | 348 |
| 3.7.3.3. | Das medidas para qualificação de mulheres..... | 348 |
| 3.7.3.4. | Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade..... | 349 |
| 3.7.3.4.1. | Da suspensão do contrato de trabalho de pais empregados..... | 349 |
| 3.7.3.4.2. | Das alterações no Programa Empresa Cidadã | 349 |
| 3.7.3.5. | Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho | 350 |
| 3.7.3.6. | Do Selo Emprega + Mulher | 351 |
| 3.7.3.7. | Alterações na CLT | 351 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 3.7.4. | Meio ambiente de trabalho | 351 |
| 3.7.4.1. | Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista) | 353 |
| 3.7.4.1.1. | Salário-maternidade estendido | 355 |
| 3.7.4.2. | Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022) | 356 |
| 3.7.4.3. | Revistas íntimas | 356 |
| 3.7.4.4. | Fim do Intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista)..... | 357 |
| 3.8. | Mãe Social | 359 |
| 3.9. | Proteção do trabalho da pessoa com deficiência | 361 |
| 3.9.1. | Quem é a pessoa com deficiência? | 361 |
| 3.9.2. | As cotas para pessoas com deficiência e reabilitados (art. 93 da Lei nº 8.213/1991) | 362 |
| 3.9.3. | Flexibilização da cota de pessoas com deficiência e reabilitados | 363 |
| 3.9.4. | Descumprimento da cota legal e o dano moral coletivo | 364 |
| 3.9.4.1. | O TST e a inaplicabilidade de multa ou dano moral coletivo em caso de comprovado esforço para o cumprimento da cota de pessoas com deficiência e reabilitados..... | 365 |
| 3.9.5. | Término do contrato de trabalho da pessoa com deficiência | 366 |
| 4. | Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício..... | 366 |
| 4.1. | Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista | 367 |
| 4.2. | Trabalhador eventual..... | 369 |
| 4.3. | Trabalhador avulso | 369 |
| 4.3.1. | Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013) | 369 |
| 4.3.2. | Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009) | 373 |
| 4.4. | Trabalhador voluntário | 374 |
| 4.5. | Cooperado | 375 |
| 4.6. | Estagiário..... | 378 |
| 4.6.1. | Introdução..... | 378 |
| 4.6.2. | Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) | 379 |
| 4.6.3. | Conceito de estágio | 379 |
| 4.6.4. | Requisitos para existência do estágio regular..... | 379 |
| 4.6.5. | Agentes de integração..... | 380 |
| 4.6.6. | Partes envolvidas no estágio | 380 |
| 4.6.6.1. | Instituição de ensino..... | 381 |
| 4.6.6.2. | Parte concedente..... | 381 |
| 4.6.6.3. | Estagiário..... | 381 |
| 4.6.7. | Fraude no estágio..... | 384 |
| 5. | Empregador..... | 385 |
| 5.1. | Empregador e princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus | 386 |
| 5.2. | Grupo econômico | 387 |
| 5.2.1. | Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista)..... | 387 |
| 5.2.2. | Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico | 389 |
| 5.2.3. | Contrato único | 390 |
| 5.2.4. | Assunto correlato: comissões dos bancários na venda de produtos do grupo econômico (Tese vinculante nº 56 do TST) | 391 |
| 5.3. | Sucessão de empresas | 392 |
| 5.3.1. | Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista)..... | 393 |
| 5.3.2. | Sucessão em grupo econômico | 394 |
| 5.3.3. | Sucessão na Nova Lei de Falências | 395 |
| 5.3.4. | Sucessão entre entes de Direito Público..... | 396 |
| 5.3.5. | Sucessão em razão da privatização..... | 396 |
| 5.4. | Sócio retirante (Reforma Trabalhista) | 397 |
| 5.4.1. | Responsabilidade do sócio retirante | 397 |
| 5.5. | Poderes do empregador | 399 |
| 5.5.1. | Poder de organização | 399 |
| 5.5.1.1. | Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista)..... | 400 |
| 5.5.1.2. | Quando o empregador deve fundamentar suas decisões?..... | 402 |
| 5.5.2. | Poder de controle..... | 404 |
| 5.5.2.1. | Limitação do uso de banheiros..... | 405 |
| 5.5.2.2. | Correio eletrônico..... | 408 |
| 5.5.2.3. | Revistas íntimas | 408 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 5.5.2.4. | Revistas pessoais..... | 410 |
| 5.5.2.5. | Fiscalização por câmeras..... | 410 |
| 5.5.2.6. | Uso de polígrafo (detector de mentiras)..... | 411 |
| 5.5.2.7. | Programas espíões de controle de atividade..... | 411 |
| 5.5.2.8. | Restrições ao porte e uso do celular..... | 412 |
| 5.5.2.9. | Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados | 414 |
| 5.5.3. | Poder disciplinar..... | 414 |
| 5.5.3.1. | Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) | 415 |
| 5.5.4. | Reintegração | 417 |
| 5.5.4.1. | Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego | 418 |
| 5.5.4.2. | Dispensa discriminatória (Incidente de Recurso de Revista nº 254 do TST)..... | 421 |
| 5.5.4.3. | Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho)..... | 422 |
| 6. | Terceirização..... | 423 |
| 6.1. | Introdução..... | 423 |
| 6.2. | Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma Trabalhista) | 425 |
| 6.2.1. | Súmula nº 331 do TST | 426 |
| 6.2.2. | Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017) | 427 |
| 6.2.3. | Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 | 427 |
| 6.2.3.1. | Decisões vinculantes do STF sobre a terceirização da atividade-fim (ADPF 324/DF e RE 958.252/MG – paradigma do Tema 725)..... | 429 |
| 6.2.4. | Direito intertemporal..... | 430 |
| 6.2.5. | Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços | 431 |
| 6.2.6. | Fraude na terceirização..... | 432 |
| 6.2.7. | Críticas à nova legislação | 432 |
| 6.2.8. | Quarteirização..... | 433 |
| 6.2.9. | A Constitucionalidade de outras formas de contratação distintas da CLT (ADPF 324/DF, Tema 725, ADC 48/DF, ADI 3.961/DF e ADI 5.625/DF)..... | 433 |
| 6.2.10. | Tema 1389 e a suspensão de ações trabalhistas que discutem “pejotização” pelo STF..... | 436 |
| 6.3. | Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros..... | 438 |
| 6.4. | Requisitos do contrato de terceirização | 439 |
| 6.5. | Responsabilidade da tomadora | 439 |
| 6.5.1. | A natureza comercial do transporte de cargas e a não responsabilização da contratante..... | 441 |
| 6.5.2. | Direito dos terceirizados..... | 441 |
| 6.5.3. | Condições de trabalho (Reforma Trabalhista) | 442 |
| 6.5.3.1. | Súmula nº 331 do TST..... | 442 |
| 6.5.3.2. | Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)..... | 443 |
| 6.5.3.3. | Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 | 444 |
| 6.5.4. | Salário equivalente..... | 445 |
| 6.6. | “Quarentena” e Reforma Trabalhista | 446 |
| 6.6.1. | Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros..... | 446 |
| 6.6.1.1. | Súmula nº 331 do TST..... | 446 |
| 6.6.1.2. | Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)..... | 446 |
| 6.6.1.3. | Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 | 447 |
| 6.6.2. | Período de quarentena do empregado terceirizado | 447 |
| 6.6.2.1. | Súmula nº 331 do TST..... | 447 |
| 6.6.2.2. | Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)..... | 448 |
| 6.6.2.3. | Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)..... | 448 |
| 6.7. | Terceirização na Administração Pública | 448 |
| 6.7.1. | Fraude na terceirização da Administração Pública..... | 449 |
| 6.7.2. | Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas | 450 |
| 6.7.2.1. | Ônus da prova e controvérsia jurisprudencial | 451 |
| 6.7.2.2. | Tema 1118 da Repercussão geral – ônus da prova na terceirização na administração pública. | 452 |
| 6.7.3. | Terceirização na “Nova Lei de Licitações” (Lei nº 14.133/2021)..... | 454 |
| 7. | Dono da obra e subempreitada | 455 |
| 8. | Trabalho temporário | 457 |
| 8.1. | Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação..... | 459 |
| 8.2. | Trabalho temporário e a contratação no período de greve | 460 |

| | |
|--|-----|
| 8.3. Empresa de trabalho temporário | 461 |
| 8.3.1. Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário..... | 462 |
| 8.4. Empresa tomadora de serviços | 462 |
| 8.5. Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços .. | 464 |
| 8.6. Condições de trabalho..... | 464 |
| 8.7. Abrangência de atividades do trabalho temporário | 465 |
| 8.8. Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços..... | 465 |
| 8.9. Prazo do trabalho temporário | 466 |
| 8.10. Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva..... | 467 |
| 8.11. Responsabilidade do tomador dos serviços..... | 468 |
| 8.12. Direitos assegurados aos trabalhadores temporários..... | 468 |
| 8.12.1. Estabilidade da trabalhadora temporária – Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST | 469 |
| 8.12.1.1. Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) e o enfraquecimento do entendimento firmado no IAC nº 2 do TST..... | 470 |
| 8.12.1.1.1. Estabilidade da trabalhadora gestante – Superação do Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST..... | 473 |
| 8.13. Diferenças entre terceirização e trabalho temporário..... | 474 |
| 9. Questões dissertativas e estudos de caso | 474 |
| 10. Súmulas, orientações jurisprudenciais e teses vinculantes em IRR do TST | 493 |

QUESTÕES

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULOS III E IV..... | 497 |
| 1. Questões com gabarito comentado | 497 |
| 2. Exercícios para memorização | 555 |
| 3. Gabaritos..... | 558 |
| 3.1. Exercícios de memorização | 558 |

CAPÍTULO V

| | |
|--|------------|
| CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO | 561 |
| 1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego..... | 561 |
| 2. Características do contrato de trabalho..... | 563 |
| 3. Elementos do contrato de trabalho..... | 565 |
| 3.1. Nulidades do contrato de trabalho..... | 567 |
| 3.1.1. Trabalho proibido | 568 |
| 3.1.2. Trabalho ilícito..... | 569 |
| 3.2. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho..... | 570 |
| 3.2.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista | 571 |
| 3.2.2. Hipóteses de tratamento de dados | 572 |
| 3.2.3. Tratamento de dados de empregados adolescentes..... | 573 |
| 3.2.4. Análise de situações concretas de aplicação da LGPD nas relações de trabalho | 574 |
| 3.2.4.1. Tratamento de dados na fase pré-contratual..... | 574 |
| 3.2.4.2. Tratamento de dados na vigência do contrato de trabalho | 575 |
| 3.2.4.3. Tratamento de dados após o término do contrato de trabalho..... | 575 |
| 3.2.5. Norma coletiva e uso de dados pessoais..... | 576 |
| 3.2.6. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho..... | 577 |
| 4. Classificação dos contratos de trabalho..... | 578 |
| 4.1. Contrato por prazo determinado..... | 579 |
| 4.2. Hipóteses previstas na CLT | 579 |
| 4.2.1. Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos)..... | 581 |
| 4.3. Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado | 581 |
| 4.4. Nova contratação | 582 |
| 4.5. Término do contrato por prazo determinado..... | 583 |
| 4.5.1. Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015) | 586 |
| 4.5.2. Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT)..... | 587 |
| 4.6. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98..... | 588 |
| 4.6.1. Características..... | 589 |
| 4.7. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)..... | 589 |
| 4.7.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável | 590 |
| 4.7.2. Conceito de trabalho intermitente | 590 |
| 4.7.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas | 592 |
| 4.7.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores..... | 592 |

| | | |
|---------------------------------|--|-----|
| 4.7.5. | Constitucionalidade do trabalho intermitente (ADIs 6154, 5826 e 5829) | 593 |
| 4.8. | Regulamentação do trabalho intermitente | 593 |
| 4.8.1. | Normas ligadas à convocação do trabalhador | 595 |
| 4.8.2. | Multa por descumprimento do acordado | 596 |
| 4.8.3. | Direitos do empregado em trabalho intermitente | 598 |
| 5. | Alteração do contrato de trabalho | 601 |
| 5.1. | <i>Jus variandi</i> – Alteração unilateral do contrato de trabalho | 602 |
| 5.2. | Reversão | 604 |
| 5.3. | Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista)..... | 605 |
| 5.3.1. | Conceito de gratificação | 605 |
| 5.3.2. | Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão | 605 |
| 5.3.3. | Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista..... | 605 |
| 5.4. | Transferência de empregados..... | 607 |
| 5.4.1. | Transferência de empregado público | 609 |
| 6. | Suspensão e interrupção | 610 |
| 6.1. | Hipóteses de interrupção | 611 |
| 6.2. | Hipóteses de suspensão | 614 |
| 6.3. | Casos controvertidos | 617 |
| 7. | Questões dissertativas e estudos de caso | 621 |
| 8. | Súmulas, orientações jurisprudenciais e teses vinculantes em irr do TST | 626 |
| | | |
| CAPÍTULO VI | | |
| DURAÇÃO DO TRABALHO..... | | |
| 1. | Duração do trabalho | 629 |
| 1.1. | Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto..... | 629 |
| 1.1.1. | Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista) | 630 |
| 1.1.2. | Tempo à disposição do empregador | 631 |
| 1.1.2.1. | Intervalos, recreio escolar e tempo à disposição do empregador (ADPF 1058)..... | 634 |
| 1.1.3. | Controle de jornada e registro de ponto | 635 |
| 1.1.4. | Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional | 638 |
| 1.1.5. | Cartões britânicos..... | 639 |
| 1.1.6. | Registro de ponto por exceção | 639 |
| 1.1.7. | Cartões de ponto sem assinatura | 641 |
| 1.2. | Horas <i>in itinere</i> (Reforma Trabalhista)..... | 642 |
| 1.2.1. | Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23)..... | 644 |
| 1.2.2. | Tempo médio das horas <i>in itinere</i> | 649 |
| 1.2.3. | Horas <i>in itinere</i> e petroleiros (Tese vinculante nº 50 do TST)..... | 650 |
| 1.2.4. | Horas <i>in itinere</i> e empregados rurais (Tese vinculante nº 172 do TST)..... | 651 |
| 1.3. | Sobreaviso e prontidão | 651 |
| 1.4. | Empregados não submetidos à limitação da jornada | 652 |
| 1.4.1. | Gerentes com poderes de gestão | 653 |
| 1.4.2. | Atividade externa | 654 |
| 1.4.2.1. | Motoristas profissionais..... | 654 |
| 1.4.2.1.1. | Jornada de trabalho do motorista profissional | 657 |
| 1.4.2.1.2. | Tempo de espera do motorista | 659 |
| 1.4.2.1.2.1. | Tempo de espera do motorista antes da ADI 5322 | 659 |
| 1.4.2.1.2.2. | Tempo de espera do motorista depois da ADI 5322 | 660 |
| 1.4.2.1.3. | Períodos de descanso do motorista | 660 |
| 1.4.2.1.3.1. | Períodos de descanso do motorista antes da ADI | 661 |
| 1.4.2.1.3.2. | Períodos de descanso do motorista depois da ADI..... | 662 |
| 1.4.2.1.4. | Modulação de efeitos da Decisão | 663 |
| 1.4.2.1.5. | O que mudou com a ADI 5322? | 664 |
| 1.4.3. | Teletrabalho ou trabalho remoto | 668 |
| 1.4.3.1. | Caracterização do teletrabalho | 669 |
| 1.4.3.1.1. | Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista | 669 |
| 1.4.3.1.2. | Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022..... | 669 |
| 1.4.3.2. | Solenidade para o teletrabalho | 670 |
| 1.4.3.2.1. | Solenidade para o teletrabalho na Reforma Trabalhista..... | 670 |
| 1.4.3.2.2. | Solenidade para o teletrabalho na Lei nº 14.442/2022 | 671 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 1.4.3.3. | Alteração do regime presencial para teletrabalho | 671 |
| 1.4.3.4. | Alteração do regime de teletrabalho para o presencial..... | 672 |
| 1.4.3.5. | Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto..... | 672 |
| 1.4.3.6. | Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho..... | 673 |
| 1.4.3.7. | Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022 | 674 |
| 1.4.3.7.1. | Controle de jornada do teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)..... | 674 |
| 1.4.3.7.2. | Possibilidade de adoção do teletrabalho para estagiários e aprendizes (Lei nº 14.442/2022)..... | 675 |
| 1.4.3.7.3. | Eficácia espacial da norma trabalhista ao teletrabalhador (Lei nº 14.442/2022) | 675 |
| 1.4.3.7.4. | Priorização de vagas de teletrabalho (Lei nº 14.442/2022) | 677 |
| 1.5. | Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT)..... | 678 |
| 1.5.1. | Salário proporcional..... | 680 |
| 1.5.2. | Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial..... | 680 |
| 1.5.3. | Adicional de horas extras..... | 681 |
| 1.5.4. | Compensação de jornada | 683 |
| 1.5.5. | Férias dos empregados em regime de tempo parcial | 684 |
| 1.5.6. | Abono pecuniário de férias..... | 685 |
| 1.5.7. | Reforma Trabalhista e Direito intertemporal (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 23 do TST)..... | 686 |
| 1.5.8. | Empregado doméstico..... | 687 |
| 1.6. | Turnos ininterruptos de revezamento..... | 688 |
| 1.6.1. | Súmula nº 423 do TST e sua superação pelo Tema 1046 da repercussão geral | 690 |
| 1.7. | Trabalho noturno..... | 692 |
| 1.7.1. | Horários mistos..... | 693 |
| 1.7.2. | Prorrogação do horário noturno..... | 693 |
| 1.7.3. | Intervalo noturno e redução da hora ficta da hora noturna | 694 |
| 1.8. | Jornada do bancário..... | 695 |
| 1.8.1. | Divisor da hora de salário do bancário..... | 697 |
| 1.8.2. | Intervalo de digitação para caixa bancário da Caixa Econômica Federal (Tese vinculante nº 51 do TST)..... | 700 |
| 2. | Trabalho extraordinário (REFORMA TRABALHISTA): hipóteses de prorrogação | 701 |
| 2.1. | Limite de tolerância (Reforma Trabalhista)..... | 702 |
| 2.1.1. | Limite de tolerância no intervalo intrajornada..... | 704 |
| 2.2. | Rescisão indireta por supressão do intervalo intrajornada e ausência de pagamento das horas extras (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 85)..... | 705 |
| 2.3. | Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista)..... | 706 |
| 2.4. | Compensação (Reforma Trabalhista)..... | 707 |
| 2.4.1. | Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada | 709 |
| 2.4.2. | Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada | 709 |
| 2.4.3. | Banco de horas (Reforma Trabalhista)..... | 711 |
| 2.4.4. | Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista)..... | 712 |
| 2.4.4.1. | Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres | 713 |
| 2.5. | Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista) | 714 |
| 2.5.1. | Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36 | 717 |
| 2.5.2. | Trabalho no DSR e feriados | 718 |
| 2.5.3. | Trabalho noturno em jornada 12 x 36 | 718 |
| 2.5.4. | Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico..... | 719 |
| 2.5.5. | A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade.. | 720 |
| 2.6. | Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista)..... | 722 |
| 2.6.1. | Força maior..... | 722 |
| 2.6.2. | Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos | 724 |
| 2.7. | Recuperação de horas..... | 724 |
| 3. | Período de descanso..... | 726 |
| 3.1. | Intervalos | 727 |
| 3.1.1. | Intervalo intrajornada | 727 |
| 3.1.1.1. | Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)..... | 729 |
| 3.1.1.2. | Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista) | 732 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----|
| 3.1.1.3. | Limite de tolerância no intervalo intrajornada..... | 733 |
| 3.1.1.4. | Intervalos remunerados..... | 734 |
| 3.1.1.4.1. | Intervalos, recreio escolar e tempo à disposição do empregador (ADPF 1058)..... | 740 |
| 3.1.2. | Intervalo interjornada..... | 741 |
| 3.2. | DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49)..... | 743 |
| 3.2.1. | Atestados médicos no Direito do Trabalho..... | 744 |
| 3.2.2. | Trabalho no DSR e feriados..... | 746 |
| 3.2.2.1. | Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral..... | 748 |
| 3.2.2.1.1. | Autorização transitória..... | 749 |
| 3.2.2.1.2. | Autorização permanente..... | 749 |
| 3.2.2.2. | Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral..... | 750 |
| 3.2.2.3. | A portaria 3.665/2023 e a polêmica da “proibição do trabalho aos domingos e feriados”..... | 750 |
| 3.2.2.3.1. | Trabalho aos domingos e a Portaria nº 3.665/2023..... | 751 |
| 3.2.2.3.2. | Trabalho em feriados e a Portaria nº 3.665/2023..... | 752 |
| 3.2.2.3.3. | O alcance da portaria é restrito..... | 752 |
| 3.2.2.4. | Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres..... | 753 |
| 3.2.3. | Consequências do trabalho no DSR..... | 754 |
| 3.2.4. | Remuneração do DSR..... | 755 |
| 3.2.4.1. | Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST..... | 757 |
| 3.3. | Feriados..... | 759 |
| 3.4. | Férias..... | 760 |
| 3.4.1. | Introdução..... | 760 |
| 3.4.2. | Período aquisitivo..... | 760 |
| 3.4.3. | Duração do período de férias..... | 760 |
| 3.4.4. | Perda do direito de férias..... | 762 |
| 3.4.5. | Período concessivo..... | 762 |
| 3.4.6. | Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista)..... | 763 |
| 3.4.6.1. | Empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos..... | 765 |
| 3.4.7. | Remuneração das férias..... | 765 |
| 3.4.8. | Abono pecuniário de férias..... | 767 |
| 3.4.9. | Férias concedidas após o período concessivo..... | 768 |
| 3.4.9.1. | ADPF 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST..... | 769 |
| 3.4.10. | Férias do professor..... | 771 |
| 3.4.10.1. | Intervalos, recreio escolar e tempo à disposição do empregador (ADPF 1058)..... | 772 |
| 3.4.11. | Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais..... | 773 |
| 3.4.12. | Prescrição..... | 776 |
| 3.4.13. | Férias coletivas..... | 776 |
| 4. | Questões dissertativas e estudos de caso..... | 777 |
| 5. | Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes em IRR do TST..... | 789 |

QUESTÕES

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULOS V E VI..... | 797 |
| 1. Questões com gabarito comentado..... | 797 |
| 2. Exercícios para memorização..... | 894 |
| 3. Gabaritos..... | 896 |
| 3.1. Exercícios para memorização..... | 896 |

CAPÍTULO VII

| | |
|--|-----|
| REMUNERAÇÃO..... | 897 |
| 1. Salário e remuneração..... | 897 |
| 1.1. Gorjetas..... | 897 |
| 1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos..... | 897 |
| 1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017..... | 898 |
| 1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)..... | 898 |
| 1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”)..... | 899 |
| 1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021..... | 899 |
| 1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada)..... | 899 |
| 1.1.7. Gueltas..... | 900 |

| | | |
|--------------|---|-----|
| 1.2. | Salário mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo..... | 901 |
| 1.2.1. | Salário mínimo do professor..... | 903 |
| 1.2.2. | Salários profissionais e normativos..... | 904 |
| 1.2.3. | Piso salarial nacional da enfermagem..... | 904 |
| 1.3. | Salário complessivo..... | 907 |
| 2. | Parcelas salariais (Reforma Trabalhista)..... | 908 |
| 2.1. | Comissões e percentagens..... | 910 |
| 2.1.1. | Época do pagamento das comissões e percentagens..... | 912 |
| 2.1.2. | Comissões sobre vendas a prazo (Tese vinculante nº 57 do TST) e comissões sobre vendas canceladas (Tese vinculante nº 65 do TST)..... | 912 |
| 2.1.3. | Assunto correlato: comissões dos bancários na venda de produtos do grupo econômico (Tese vinculante nº 56 do TST)..... | 913 |
| 2.2. | Gratificações (Reforma Trabalhista)..... | 913 |
| 2.2.1. | Gratificação de função de confiança (Reforma Trabalhista)..... | 915 |
| 2.2.2. | Gratificação por tempo de serviço..... | 918 |
| 2.2.3. | Gratificação semestral..... | 919 |
| 2.3. | Décimo terceiro salário..... | 920 |
| 2.3.1. | Décimo terceiro proporcional..... | 921 |
| 2.4. | Outras parcelas salariais..... | 922 |
| 2.5. | Adicionais salariais..... | 923 |
| 2.5.1. | Adicional de hora extraordinário..... | 924 |
| 2.5.1.1. | Introdução..... | 924 |
| 2.5.1.2. | Rescisão indireta por supressão do intervalo intrajornada e ausência de pagamento das horas extras (Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 85 do TST)..... | 928 |
| 2.5.2. | Adicional noturno..... | 928 |
| 2.5.3. | Adicional de transferência..... | 930 |
| 2.5.4. | Adicional de periculosidade..... | 931 |
| 2.5.4.1. | Atividades perigosas..... | 931 |
| 2.5.4.1.1. | Regulamentação da matéria e a questão dos motociclistas..... | 933 |
| 2.5.4.1.1.1. | Publicação do novo Anexo V da NR 16..... | 934 |
| 2.5.4.1.1.2. | Caracterização e descaracterização da periculosidade..... | 934 |
| 2.5.4.1.1.3. | Laudo técnico..... | 935 |
| 2.5.4.1.2. | Teses vinculante em IRR do TST sobre atividades perigosas..... | 935 |
| 2.5.4.2. | Base de cálculo..... | 941 |
| 2.5.4.3. | Necessidade de perícia..... | 942 |
| 2.5.4.4. | Cumulação do adicional de periculosidade..... | 943 |
| 2.5.4.5. | Da flexibilização do adicional de periculosidade..... | 944 |
| 2.5.5. | Adicional de insalubridade..... | 947 |
| 2.5.5.1. | Teses vinculante em IRR do TST sobre atividades insalubres..... | 949 |
| 2.5.5.2. | Base de cálculo..... | 955 |
| 2.5.5.3. | Reflexo nas demais parcelas..... | 957 |
| 2.5.5.4. | Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista)..... | 957 |
| 2.5.5.5. | Ambientes insalubres e horas extras..... | 960 |
| 2.5.5.5.1. | Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres..... | 961 |
| 2.5.5.6. | Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho..... | 962 |
| 2.5.5.7. | Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)..... | 963 |
| 2.5.6. | Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF)..... | 964 |
| 3. | Parcelas sem natureza salarial..... | 965 |
| 3.1. | Participação nos lucros e resultados – PLR..... | 966 |
| 3.1.1. | E se a empresa não tiver lucro?..... | 967 |
| 3.1.2. | Se o trabalhador não bater a meta / atingir os objetivos dispostos em ACT ou CCT?..... | 968 |
| 3.1.3. | PLR proporcional..... | 968 |
| 3.1.4. | Flexibilização da PLR: a Súmula nº 451 do TST está superada?..... | 969 |
| 3.1.5. | Participação dos empregados na gestão da empresa (ADO 85/DF)..... | 969 |
| 3.1.5.1. | Prazos fixados pelo STF até o momento nas ADOs ajuizadas contra os incisos do art. 7º da Constituição Federal..... | 970 |
| 3.2. | Ajuda de custo..... | 972 |
| 3.3. | Diárias para viagem (Reforma Trabalhista)..... | 972 |
| 3.4. | Vale-transporte..... | 972 |
| 3.4.1. | Desconto no salário do empregado..... | 973 |

| | | |
|----------------------------------|---|-------------|
| 3.4.2. | Natureza jurídica da parcela | 973 |
| 3.4.3. | Vale-transporte nas férias e faltas do empregado | 974 |
| 3.4.4. | Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso | 974 |
| 3.4.5. | Declaração falsa e mau uso do vale-transporte..... | 975 |
| 3.4.6. | Ônus da prova | 975 |
| 3.5. | Salário-família | 975 |
| 3.5.1. | Carência | 976 |
| 3.5.2. | Valor do benefício | 976 |
| 3.5.3. | Cessação do benefício..... | 977 |
| 3.6. | PIS/PASEP..... | 978 |
| 3.7. | Abonos (Reforma Trabalhista) | 979 |
| 3.8. | Pr mios (Reforma Trabalhista) | 979 |
| 3.9. | Auxílio-alimenta o (Reforma Trabalhista)..... | 980 |
| 3.9.1. | Natureza jurídica do auxílio-alimenta o | 981 |
| 3.9.1.1. | Natureza jurídica do aux lio-alimenta o e a tese vinculante em IRR n  121 do TST ... | 982 |
| 3.9.2. | Programa de Alimenta o do Trabalhador | 983 |
| 3.9.2.1. | O PAT e o decreto n  12.712, de 11 de novembro de 2025..... | 983 |
| 3.10. | Seguro-desemprego | 984 |
| 3.10.1. | Suspensão e cancelamento do pagamento do seguro-desemprego | 987 |
| 4. | Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i> | 987 |
| 4.1. | Natureza jurídica da utilidade | 988 |
| 4.2. | Utilidade como ferramenta de trabalho | 989 |
| 4.3. | Auxílio-alimenta o | 990 |
| 4.4. | Utilidades que não possuem natureza salarial | 991 |
| 5. | Da forma, do tempo e do local do pagamento..... | 992 |
| 6. | Garantias de prote o ao salário | 994 |
| 6.1. | Irredutibilidade salarial | 996 |
| 6.2. | Intangibilidade salarial | 998 |
| 6.3. | Veda o ao truck system..... | 1000 |
| 6.4. | Pagamento na primeira audiência judicial..... | 1000 |
| 6.5. | Prote o em face dos credores | 1001 |
| 7. | Equipara o salarial (Reforma Trabalhista)..... | 1002 |
| 7.1. | Requisitos da equipara o salarial | 1003 |
| 7.1.1. | Identidade de empregadores | 1004 |
| 7.1.2. | Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador | 1005 |
| 7.1.3. | Identidade de fun es..... | 1006 |
| 7.1.4. | Trabalho de igual valor..... | 1007 |
| 7.1.5. | Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma fun o de, no máximo, 2 anos..... | 1007 |
| 7.1.6. | Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários | 1008 |
| 7.1.6.1. | Crêterios de promo o por antiguidade e merecimento..... | 1010 |
| 7.2. | Trabalhador readaptado | 1010 |
| 7.3. | Equipara o salarial na Administra o Pública | 1011 |
| 7.4. | Equipara o salarial em cadeia | 1012 |
| 7.5. | Multa por conduta discriminatória..... | 1014 |
| 7.6. | Equipara o por equivalência e salário-substitui o | 1017 |
| 8. | Acúmulo DE FUN O E DESVIO DE FUN O | 1018 |
| 8.1. | Acúmulo de fun o | 1019 |
| 8.2. | Desvio de fun o | 1021 |
| 8.3. | Semelhanças e diferenças entre o acúmulo de fun o e o desvio de fun o | 1023 |
| 9. | Questões dissertativas e estudos de caso | 1024 |
| 10. | Súmulas, orienta es jurisprudenciais e teses vinculantes do TST..... | 1031 |
| CAPÍTULO VIII | | |
| ESTABILIDADE E FGTS | | 1043 |
| 1. | Introdu o | 1043 |
| 2. | Proibi o da dispensa arbitrar ia e posicionamento do stf sobre a convenço 158 da OIT..... | 1044 |
| 2.1. | Causa justificada e justa causa | 1044 |
| 2.2. | Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho..... | 1045 |
| 2.3. | Julgamento das ADI 1625 e ADC 39..... | 1046 |
| 3. | Estabilidade por tempo de serviço | 1047 |

| | | |
|------------|--|------|
| 4. | Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias..... | 1048 |
| 4.1. | Dirigente sindical..... | 1048 |
| 4.2. | Empregada gestante..... | 1052 |
| 4.2.1. | Dúvida objetiva e razoável sobre a data de início da gravidez e a estabilidade da gestante (Tese vinculante nº 119 do TST)..... | 1055 |
| 4.2.2. | Recusa da gestante ao retorno ao trabalho e o direito à indenização substitutiva (Tese vinculante nº 134 do TST)..... | 1056 |
| 4.2.2.1. | Críticas e constitucionalidade da tese vinculante nº 134 do TST..... | 1057 |
| 4.2.2.2. | Efeitos práticos da tese vinculante nº 134 do TST..... | 1058 |
| 4.2.3. | Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado..... | 1058 |
| 4.2.3.1. | Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?..... | 1060 |
| 4.2.4. | Estabilidade da trabalhadora temporária – Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST..... | 1061 |
| 4.2.4.1. | Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF) e o enfraquecimento do entendimento firmado no IAC nº 2 do TST..... | 1062 |
| 4.2.4.1.1. | Estabilidade da trabalhadora gestante – Superação do Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST..... | 1064 |
| 4.2.5. | Exigência de certidão de nascimento do filho..... | 1066 |
| 4.2.6. | Efeitos da dispensa da gestante..... | 1066 |
| 4.2.7. | Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres..... | 1067 |
| 4.2.8. | Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)..... | 1068 |
| 4.2.9. | Teses vinculante em IRR do TST sobre estabilidade da gestante..... | 1069 |
| 4.3. | Empregado representante da CIPA..... | 1072 |
| 4.4. | Empregado acidentado..... | 1074 |
| 4.5. | Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP..... | 1077 |
| 4.6. | Representante dos empregados (Reforma Trabalhista)..... | 1077 |
| 4.7. | Outras hipóteses..... | 1079 |
| 4.7.1. | Membros do Conselho Nacional da Previdência Social..... | 1079 |
| 4.7.2. | Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS..... | 1079 |
| 4.7.3. | Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas..... | 1079 |
| 4.7.4. | Empregado público..... | 1080 |
| 5. | Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS..... | 1081 |
| 5.1. | Introdução..... | 1081 |
| 5.2. | Impossibilidade de pagamento de FGTS direto ao empregado (Tese vinculante nº 68 do TST)..... | 1081 |
| 5.2.1. | O pagamento direto ao empregado e suas consequências para o empregador..... | 1082 |
| 5.3. | Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS..... | 1083 |
| 5.4. | Trabalhadores com direito ao FGTS..... | 1087 |
| 5.5. | Alíquotas e depósitos..... | 1088 |
| 5.5.1. | Correção monetária dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS (ADI 5090/DF)..... | 1091 |
| 5.6. | Hipóteses de saque dos depósitos..... | 1092 |
| 5.6.1. | Saque do FGTS e desastres naturais..... | 1094 |
| 5.7. | A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário..... | 1095 |
| 5.8. | Indenização sobre o FGTS..... | 1096 |
| 5.9. | Prescrição..... | 1097 |
| 5.10. | Rescisão indireta por atraso no FGTS (Tese vinculante nº 70 do TST)..... | 1099 |
| 6. | Questões dissertativas e estudos de caso..... | 1100 |
| 7. | Súmulas, orientações jurisprudenciais E TESES VINCULANTES EM IRR do TST..... | 1104 |

QUESTÕES

| | |
|---|-------------|
| CAPÍTULOS VII E VIII..... | 1109 |
| 1. Questões com gabarito comentado..... | 1109 |

CAPÍTULO IX**SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E**

| | |
|--|-------------|
| INDENIZAÇÕES..... | 1173 |
| 1. Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho)..... | 1173 |
| 1.1. Introdução..... | 1173 |
| 1.2. Deveres do empregador..... | 1174 |
| 1.2.1. Dever de informação e conscientização sobre vacinação, HPV e exames preventivos (Lei nº 15.377/2026)..... | 1176 |

| | | |
|----------|--|------|
| 1.2.2. | Tema correlato: Banheiro e área para alimentação para trabalhadores de limpeza e conservação que realizam atividades externas (Tese vinculante nº 54 do TST) | 1177 |
| 1.3. | Deveres do empregado | 1177 |
| 1.4. | Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego | 1178 |
| 1.4.1. | Interdição ou embargo e inspeção prévia..... | 1180 |
| 1.4.2. | Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) | 1181 |
| 1.5. | CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio..... | 1183 |
| 1.5.1. | Objetivos e atribuições da CIPA..... | 1183 |
| 1.5.2. | Constituição e organização da CIPA..... | 1184 |
| 1.5.3. | Mandato e estabilidade | 1186 |
| 1.6. | Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho | 1189 |
| 2. | Dano nas relações de trabalho e indenizações | 1189 |
| 2.1. | Introdução | 1189 |
| 2.2. | Dano material ou patrimonial | 1190 |
| 2.3. | Dano moral ou extrapatrimonial (Reforma Trabalhista) | 1190 |
| 2.3.1. | Regulamentação do dano extrapatrimonial..... | 1190 |
| 2.3.2. | Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial | 1193 |
| 2.3.2.1. | Dano imaterial..... | 1194 |
| 2.3.2.2. | Ação ou omissão e nexos causal | 1194 |
| 2.3.2.3. | Culpa em sentido lato..... | 1195 |
| 2.3.3. | Titularidade do direito à reparação do dano..... | 1196 |
| 2.3.3.1. | Dano moral em ricochete em caso de morte do trabalhador (tese vinculante nº 181 do TST) | 1199 |
| 2.3.4. | Bens jurídicos tutelados | 1199 |
| 2.3.4.1. | Bens juridicamente tutelados da pessoa física | 1200 |
| 2.3.4.2. | Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica..... | 1201 |
| 2.3.5. | Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão..... | 1202 |
| 2.3.6. | Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais | 1203 |
| 2.3.6.1. | Perdas e danos | 1204 |
| 2.3.7. | Arbitramento do dano moral | 1205 |
| 2.3.7.1. | Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 – interpretação conforme à Constituição) | 1209 |
| 2.3.8. | Existe dano moral automático? O que é dano moral in re ipsa? | 1209 |
| 2.3.9. | Transporte de valores por empregado não especializado (Tese vinculante nº 61 do TST)..... | 1214 |
| 2.4. | Dano estético | 1215 |
| 2.5. | Dano moral coletivo | 1215 |
| 2.6. | Assédio nas relações de trabalho | 1217 |
| 2.6.1. | Assédio moral | 1217 |
| 2.6.2. | Assédio eleitoral..... | 1218 |
| 2.6.3. | Assédio sexual | 1219 |
| 2.6.3.1. | Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência | 1221 |
| 2.6.4. | Assédio processual | 1222 |
| 2.7. | Competência para julgar ações envolvendo dano moral..... | 1223 |
| 3. | Trabalho escravo e degradante | 1223 |
| 3.1. | Introdução | 1223 |
| 3.2. | Medidas de combate ao trabalho escravo e degradante na esfera internacional e na legislação brasileira | 1228 |
| 3.3. | Responsabilidade jurídica na constatação do trabalho escravo ou degradante | 1229 |
| 3.3.1. | Responsabilidade penal | 1230 |
| 3.3.2. | Impactos nas responsabilidades trabalhista e previdenciária | 1231 |
| 3.3.3. | Responsabilidade administrativa | 1231 |
| 3.3.4. | Responsabilidade civil..... | 1232 |
| 3.3.4.1. | Danos morais coletivos..... | 1233 |
| 3.3.4.2. | Dumping social | 1234 |
| 4. | Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho | 1234 |
| 4.1. | Introdução | 1234 |
| 4.2. | Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro | 1234 |
| 4.3. | Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho | 1235 |
| 4.3.1. | Acidente de trabalho | 1235 |
| 4.3.1.1. | Acidente de trabalho típico | 1236 |

| | | |
|----------|--|------|
| 4.3.1.2. | Acidente de trabalho equiparado..... | 1237 |
| 4.3.2. | Comunicação de acidente do trabalho - CAT..... | 1240 |
| 4.3.3. | Nexo de causalidade..... | 1241 |
| 4.3.4. | Estabilidade do acidentado..... | 1242 |
| 4.3.5. | Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador..... | 1244 |
| 4.4. | Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho..... | 1248 |
| 4.4.1. | Dano material e moral..... | 1248 |
| 4.4.2. | Perda de uma chance..... | 1248 |
| 4.4.3. | Indenização por morte da vítima..... | 1249 |
| 4.4.4. | Indenização por incapacidade transitória..... | 1250 |
| 4.4.5. | Indenização por incapacidade permanente (invalidez)..... | 1251 |
| 4.4.6. | Dano estético..... | 1253 |
| 4.5. | Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho..... | 1253 |
| 5. | Questões dissertativas e estudos de caso..... | 1254 |
| 6. | Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e teses vinculantes em IRR do TST..... | 1256 |

CAPÍTULO X

| | |
|--|-------------|
| AVISO-PRÉVIO, TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... | 1259 |
| 1. Aviso-prévio..... | 1259 |
| 1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio..... | 1261 |
| 1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador..... | 1262 |
| 1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado..... | 1267 |
| 1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado..... | 1267 |
| 1.5. Reconsideração do aviso-prévio..... | 1268 |
| 1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio..... | 1268 |
| 1.7. Súmulas, orientações jurisprudenciais e teses vinculantes em IRR do TST..... | 1270 |
| 2. Término do contrato de trabalho..... | 1271 |
| 2.1. Resilição..... | 1271 |
| 2.1.1. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT..... | 1272 |
| 2.1.2. Hipóteses de resilição unilateral..... | 1272 |
| 2.1.2.1. Pedido de demissão..... | 1272 |
| 2.1.2.1.1. Pedido de demissão do empregado adolescente..... | 1274 |
| 2.1.2.1.2. Pedido de demissão da empregada gestante (tese vinculante nº 55 do TST)..... | 1275 |
| 2.1.2.2. Dispensa ou despedida sem justa causa..... | 1276 |
| 2.1.2.3. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV..... | 1277 |
| 2.1.2.3.1. Natureza jurídica do PDV..... | 1277 |
| 2.1.2.3.2. Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista..... | 1278 |
| 2.1.2.3.3. Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos..... | 1279 |
| 2.1.2.3.4. Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista..... | 1279 |
| 2.1.2.3.5. Quitação plena e irrevogável..... | 1281 |
| 2.1.3. Resilição Bilateral: distrato (Reforma Trabalhista)..... | 1282 |
| 2.1.3.1. Verbas rescisórias devidas no distrato..... | 1284 |
| 2.1.3.2. Projeção do aviso prévio indenizado no distrato..... | 1285 |
| 2.1.3.3. Saque dos depósitos do FGTS..... | 1286 |
| 2.1.3.4. Seguro-desemprego..... | 1286 |
| 2.2. Resolução..... | 1287 |
| 2.2.1. Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT..... | 1287 |
| 2.2.1.1. Multa do art. 477, § 8º, na reversão da justa causa (Tese vinculante nº 71 do TST)..... | 1293 |
| 2.2.2. Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT..... | 1294 |
| 2.2.2.1. Multa do § 8º, art. 477 da CLT em caso de rescisão indireta (Tese vinculante nº 52 do TST)..... | 1297 |
| 2.2.3. Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST)..... | 1298 |
| 2.3. Rescisão..... | 1300 |
| 2.4. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho..... | 1300 |
| 2.4.1. Término do contrato por prazo determinado..... | 1300 |
| 2.4.2. Força maior..... | 1303 |
| 2.4.2.1. Dispensa por força maior durante a pandemia..... | 1303 |
| 2.4.3. Morte do empregador – art. 485, CLT..... | 1304 |
| 2.4.4. Aposentadoria..... | 1305 |
| 2.4.5. Fato do príncipe ou factum principis..... | 1306 |

| | | |
|---|---|-------------|
| 2.4.5.1. | Fato do príncipe durante a pandemia | 1306 |
| 2.4.6. | Dispensa discriminatória (tese vinculante em IRR nº 254 do TST) | 1307 |
| 2.4.7. | Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência | 1311 |
| 2.5. | Reintegração | 1312 |
| 2.5.1. | Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego | 1313 |
| 2.5.2. | Dispensa discriminatória (Tese vinculante nº 254 do TST)..... | 1316 |
| 2.5.3. | Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho)..... | 1316 |
| 2.6. | Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista)..... | 1317 |
| 2.6.1. | Extinção da homologação das verbas trabalhistas | 1318 |
| 2.6.1.1. | Homologação de acordo extrajudicial..... | 1319 |
| 2.6.2. | Recibo de quitação das verbas rescisórias..... | 1321 |
| 2.6.3. | Forma de pagamento das verbas rescisórias..... | 1321 |
| 2.6.4. | Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho | 1322 |
| 2.6.5. | Fim da assistência na rescisão contratual | 1323 |
| 2.6.6. | Multa do art. 477, § 8º, CLT..... | 1323 |
| 2.6.7. | Reconhecimento judicial do vínculo de emprego (tese vinculante nº 168 do TST) | 1328 |
| 2.6.8. | Administração Pública e Massa falida | 1329 |
| 2.6.9. | Multas do art. 467 e art. 477, § 8º, da CLT e sua aplicabilidade às empresas em recuperação judicial (Tese vinculante nº 139 do TST)..... | 1329 |
| 2.6.10. | Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT | 1330 |
| 2.6.11. | Multa do art. 477, § 8º, da CLT e atraso na entrega dos documentos rescisórios (Tese vinculante nº 127 do TST) | 1331 |
| 2.6.12. | Multa do art. 477, § 8º, da CLT e a incidência sobre todas as parcelas de natureza salarial (Tese vinculante nº 142 do TST)..... | 1332 |
| 2.6.13. | Pagamento parcial das verbas rescisórias e a multa do art. 477, § 8º, da CLT (Tese vinculante nº 164 do TST)..... | 1332 |
| 2.6.14. | A ausência ou o atraso no pagamento das verbas rescisórias e o dano moral <i>in re ipsa</i> (Tese vinculante nº 143 do TST) | 1333 |
| 2.6.15. | Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego | 1334 |
| 2.7. | Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista)..... | 1334 |
| 2.8. | Súmulas, orientações jurisprudenciais e teses vinculantes em IRR do TST | 1338 |
| 3. | Prescrição e decadência | 1339 |
| 3.1. | Prescrição | 1339 |
| 3.1.1. | Prazos prescricionais | 1341 |
| 3.1.2. | Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista) | 1342 |
| 3.1.3. | Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista)..... | 1346 |
| 3.1.4. | Prescrição do FGTS..... | 1348 |
| 3.1.5. | Prescrição do avulso | 1350 |
| 3.1.6. | Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP | 1351 |
| 3.1.7. | Prescrição de ofício | 1353 |
| 3.1.8. | Prescrição intercorrente..... | 1353 |
| 3.1.8.1. | Posicionamento dos tribunais antes da Lei | 1355 |
| 3.1.8.2. | Prazo de 2 anos | 1356 |
| 3.1.9. | A mudança de regime celetista para estatutário e a prescrição..... | 1357 |
| 3.2. | Decadência..... | 1359 |
| 4. | Questões dissertativas e estudos de casos..... | 1359 |
| 5. | Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes em IRR do TST | 1372 |
| | | |
| CAPÍTULO XI | | |
| DIREITO COLETIVO DO TRABALHO | | 1375 |
| 1. | Introdução | 1375 |
| 2. | Princípios ESPECÍFICOS de direito coletivo do trabalho | 1376 |
| 2.1. | Liberdade sindical..... | 1376 |
| 2.2. | Princípio da autorregulamentação | 1378 |
| 2.3. | Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada | 1380 |
| 2.4. | Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência | 1383 |
| 3. | Organização sindical brasileira | 1384 |
| 3.1. | Sindicatos | 1385 |
| 3.1.1. | Divisão dos sindicatos em categorias | 1385 |
| 3.1.1.1. | Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema 488 da Repercussão Geral do STF) | 1387 |

| | | |
|------------|--|------|
| 3.1.2. | Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT..... | 1388 |
| 3.1.3. | Livre filiação dos trabalhadores..... | 1390 |
| 3.1.4. | Organização do sindicato | 1391 |
| 3.1.4.1. | Dos limites da intervenção estatal na organização interna dos sindicatos..... | 1391 |
| 3.1.4.2. | Órgãos do sindicato | 1393 |
| 3.2. | Custeio do sindicato | 1396 |
| 3.2.1. | Contribuição sindical..... | 1397 |
| 3.2.1.1. | Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo..... | 1397 |
| 3.2.1.2. | Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou? .. | 1398 |
| 3.2.1.3. | Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista..... | 1402 |
| 3.2.1.4. | Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical | 1403 |
| 3.2.1.4.1. | As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical..... | 1403 |
| 3.2.1.4.2. | As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical..... | 1403 |
| 3.2.1.5. | Empregados sindicalizados – como fica?..... | 1405 |
| 3.2.1.6. | Aspectos processuais..... | 1406 |
| 3.2.2. | Contribuição confederativa | 1407 |
| 3.2.3. | Contribuição assistencial | 1408 |
| 3.2.3.1. | Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas | 1410 |
| 3.2.4. | Mensalidade sindical | 1410 |
| 3.3. | Federação e confederação..... | 1411 |
| 3.4. | Centrais sindicais | 1412 |
| 4. | Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo | 1414 |
| 4.1. | Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista)..... | 1416 |
| 4.1.1. | Tema 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado | 1418 |
| 4.2. | Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) | 1420 |
| 4.2.1. | Jornada de Trabalho..... | 1423 |
| 4.2.2. | Banco de horas..... | 1423 |
| 4.2.3. | Intervalo Intrajornada | 1424 |
| 4.2.4. | Programa Seguro-Emprego..... | 1426 |
| 4.2.5. | Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança | 1427 |
| 4.2.6. | Regulamento de empresa | 1428 |
| 4.2.7. | Representante dos trabalhadores no local de trabalho..... | 1429 |
| 4.2.8. | Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente | 1429 |
| 4.2.9. | Remuneração por produtividade e por desempenho individual | 1430 |
| 4.2.10. | Registro de Jornada | 1431 |
| 4.2.11. | Troca de dia dos feriados | 1432 |
| 4.2.12. | Enquadramento do grau de insalubridade..... | 1432 |
| 4.2.13. | Prorrogação da jornada em ambientes insalubres | 1435 |
| 4.2.14. | Prêmios e incentivos..... | 1436 |
| 4.2.15. | Participação nos lucros ou resultados da empresa | 1437 |
| 4.3. | Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista) | 1438 |
| 4.4. | Litiscônsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenham como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho | 1440 |
| 4.5. | Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista)..... | 1441 |
| 4.5.1. | Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo..... | 1443 |
| 4.6. | Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 do STF) | 1444 |
| 4.6.1. | Rol taxativo de limitação à negociação coletiva..... | 1448 |
| 4.6.2. | Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS | 1450 |
| 4.6.3. | Seguro-desemprego..... | 1450 |
| 4.6.4. | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)..... | 1450 |
| 4.6.5. | Salário mínimo | 1451 |
| 4.6.6. | Valor nominal do 13º salário | 1451 |
| 4.6.7. | Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno | 1451 |
| 4.6.8. | Proteção do salário | 1452 |
| 4.6.9. | Salário-família | 1453 |

| | |
|--|------|
| 4.6.10. Repouso semanal remunerado | 1453 |
| 4.6.11. Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal | 1454 |
| 4.6.12. Direito de férias e duração | 1455 |
| 4.6.13. Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias | 1455 |
| 4.6.14. Licença-paternidade | 1456 |
| 4.6.15. Proteção do mercado de trabalho da mulher..... | 1456 |
| 4.6.16. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de, no mínimo, 30 dias..... | 1457 |
| 4.6.17. Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego..... | 1458 |
| 4.6.18. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas..... | 1459 |
| 4.6.19. Aposentadoria | 1459 |
| 4.6.20. Seguro contra acidentes de trabalho..... | 1459 |
| 4.6.21. Prescrição..... | 1460 |
| 4.6.22. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência | 1461 |
| 4.6.23. Trabalho da criança e adolescente e medidas de proteção legal às crianças e adolescentes.... | 1461 |
| 4.6.24. Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso | 1462 |
| 4.6.25. Liberdade de associação profissional ou sindical..... | 1463 |
| 4.6.26. Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista | 1463 |
| 4.6.27. Direito de greve e serviços essenciais..... | 1464 |
| 4.6.28. Tributos e outros créditos de terceiros | 1465 |
| 4.6.29. Proteção do trabalho da mulher..... | 1465 |
| 4.6.30. Regras sobre duração do trabalho e intervalos..... | 1466 |
| 4.7. Negociação coletiva na pandemia (arts. 11 e 17 da Lei nº 14.020/2020) | 1467 |
| 4.8. Dispensa em massa (Reforma Trabalhista)..... | 1468 |
| 4.9. Requisitos formais da negociação coletiva | 1470 |
| 4.10. Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)..... | 1473 |
| 4.10.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST | 1474 |
| 4.10.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST | 1476 |
| 4.10.3. Liminar do STF (APDF 323/DF) | 1477 |
| 4.10.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista | 1479 |
| 4.10.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF) | 1479 |
| 4.10.6. Sentença normativa | 1481 |
| 5. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO | 1483 |
| 5.1. Introdução | 1483 |
| 5.2. Meios de solução de conflitos coletivos de trabalho | 1484 |
| 5.2.1. Autotutela..... | 1484 |
| 5.2.2. Autocomposição..... | 1485 |
| 5.2.3. Heterocomposição | 1486 |
| 5.2.3.1. Arbitragem (Reforma Trabalhista) | 1486 |
| 5.2.3.2. Jurisdição..... | 1487 |
| 6. Greve..... | 1487 |
| 6.1. Introdução | 1487 |
| 6.2. Interesses defendidos na greve | 1490 |
| 6.3. Direitos e deveres dos grevistas..... | 1491 |
| 6.4. Greve em serviços essenciais..... | 1491 |
| 6.5. Requisitos para o exercício do direito de greve | 1493 |
| 6.6. Greve no serviço público | 1494 |
| 7. Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista) | 1499 |
| 7.1. Composição da comissão de representantes | 1500 |
| 7.2. Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados | 1501 |
| 7.3. Eleição dos representantes dos empregados | 1503 |
| 7.4. Mandato do membro da comissão de representantes do empregado..... | 1505 |
| 7.4.1. Estabilidade do membro da comissão de representantes | 1506 |
| 7.4.2. Guarda de documentos | 1507 |
| 8. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista | 1507 |
| 9. Questões dissertativas e estudos de caso | 1508 |
| 10. Súmulas, orientações jurisprudenciais e Teses vinculantes em IRR do TST | 1518 |

CAPÍTULO XII

| | |
|---|-------------|
| DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO (CONVENÇÕES DA OIT) | 1521 |
| 1. Introdução | 1521 |
| 2. Organização internacional do trabalho..... | 1523 |
| 2.1. Definição, natureza jurídica e finalidades..... | 1523 |
| 2.2. Estrutura tripartite | 1525 |
| 3. Convenções e recomendações internacionais do trabalho | 1527 |
| 3.1. Natureza jurídica..... | 1527 |
| 3.2. Ciclo de vida das convenções e recomendações da OIT | 1529 |
| 3.2.1. Processo de elaboração e aprovação de uma convenção da OIT | 1529 |
| 3.2.2. Processo de ratificação e aplicação de uma convenção da OIT..... | 1529 |
| 3.2.3. Revisão de uma convenção da OIT..... | 1532 |
| 3.2.4. Denúncia de uma convenção da OIT | 1532 |
| 4. Core obligations e as convenções fundamentais da OIT | 1534 |
| 5. Questões dissertativas e estudos de caso | 1538 |

QUESTÕES

| | |
|--|-------------|
| CAPÍTULOS IX, X E XI | 1543 |
| 1. Questões com gabarito comentado | 1543 |
| 2. Exercícios para memorização | 1594 |
| 3. Gabaritos..... | 1595 |
| 3.1. Exercícios para memorização | 1595 |

| | |
|---------------------------|-------------|
| BIBLIOGRAFIA | 1597 |
|---------------------------|-------------|